

RESPONSABILIDADE SOCIAL DO PROGRAMA DE COTAS

Marcela Souza Santos (UESC)
marcela_ssa@hotmail.com

1. Introdução

Essa investigação tem a perspectiva de analisar o funcionamento do discurso do cotista sobre a responsabilidade social do sistema de cotas. Presumindo-se que a linguagem não é uma ocorrência individual e, por conseguinte, a comunicação dialógica não advém de termos desconexos nem tampouco isolados, sentimos a necessidade de considerar o texto enquanto estruturas distintas que se relacionam, se pressupõem e se (re)significam. Por conseguinte, devemos compreendê-lo na formação ideológico-discursiva vigente.

Com efeito, a análise do discurso, tomada pela relevância do seu objeto, é uma pertinente teoria para ser aplicada a qualquer texto dotado de significação para o contexto no qual esteja inserido, optamos por analisar o corpus apresentado através de entrevistas concedidas pelos acadêmicos cotistas da UESC. Essa trama textual é subsídio para evocar, *a fortiori*, as estruturas ideológicas, dispostas nas formações discursivas que regem os discursos sobre o tema e evidenciam as famílias parafrásticas.

Para obter nosso êxito *in totum* conciliaremos a análise com os princípios básicos da teoria da análise de discurso de linha francesa, importantes no desenvolvimento da malha discursiva do texto.

O estudo está estruturado numa breve reflexão *sobre Responsabilidade Social*, logo depois há uma explicitação sobre a relação *entre a UESC e as cotas*; em seguida, sob o subtítulo de *fundamentação teórica* que evidenciará os conceitos que subsidiarão o trabalho como formação ideológica, formação discursiva, discurso e sujeito. Após esse percurso teórico teremos a análise do *corpus* à luz da teoria proposta, intitulada *análise do corpus*; Por fim temos as *considerações finais* a cerca das contribuições deste estudo e da teoria e as *referências bibliográficas* consultadas para a legitimação da pesquisa.

2. *Sobre responsabilidade social*

A responsabilidade social começa a ser considerada num contexto mais significativo a partir do século passado. Aos fins dos anos setenta era compreendida, aliás, praticada apenas por sujeitos que tinham uma preocupação com o “ser social” e por empresas privadas¹. Assumindo papeis ligados às noções de ética e cidadania, tendo um caráter muito mais individual; as empresas privadas, por sua vez, agiam como um membro da sociedade, isolado. A ideia de voluntariado era o significado presente para o princípio da responsabilidade social. Logo depois, a partir da década de oitenta, o foco passa a ser a pesquisa e surge uma diversificação de conceitos alternativos, como responsabilidade social, desempenho social, responsabilidade pública, entre outros. A sociedade, neste momento, espera que os indivíduos e as empresas cumpram sua função.

A partir da década de noventa, o poder público começa a dar sinais de preocupação com a prática de responsabilidade social, e este conceito ganha novas repercussões. O domínio público atribuiu a este um tom de veracidade, admitia que tal conceito deveria abranger os componentes econômico, legal, ético e filantrópico mas sua prática incisiva ainda recaí em ações isoladas, no entanto muito mais articuladas, com o surgimento de ONG e ações afirmativas. O que antes era visto apenas como ações isoladas, passa a ser mais articulado. Até aqui a responsabilidade social é concebida como um fator que está a serviço da sociedade.

Advindo o século XXI, a perspectiva sobre a responsabilidade social toma proporções significativas, começa-se a (re)pensar a responsabilidade como uma prática diária e passa a ser responsabilidade de todos, e não apenas de alguns que optaram por isso ou alguma instituição que se dedica a isso. O que era pensado isoladamente passa a ser um olhar coletivo. A responsabilidade social passa a ser concebida como parte essencial da sociedade. Esta passa a controlar mais a sua práxis, compreendendo nessa dialética social que tudo é preocupação de todos, as concepções mudaram, por conseguinte, as expectativas quanto os direcionamentos de governança, empresas e

¹ Ver mais detalhadamente em Carrol, 1999.

sujeitos também sofreram alterações. Espera-se que a prática das empresas e governos ultrapassem as obrigações econômicas e legais, devendo ajustar aos seus comportamentos e normas, princípios éticos e de cidadania, que, *a priori*, modifiquem a realidade em que estão inseridos, criando novos parâmetros conceituais através da sua malha discursiva, pois hoje a responsabilidade social é discutida nos diversos segmentos da sociedade, tendo mais significância nas relações entre capital e trabalho e nas interfaces entre empresas e comunidades e nas relações interpessoais (MACHADO FILHO, 2006). Por conseguinte, na formação ideológico-discursiva vigente e sua dada representatividade.

Tal dilema diz respeito à necessidade de estabelecer definitivamente um lugar para a responsabilidade social, seus princípios, valores e crenças. Visando a formação de uma ‘nova’ identidade, antigos questionamentos ressurgem – quais são as efetivas responsabilidades de uma empresa e/ou de um cidadão em relação à sociedade? Qual é o limite dessas responsabilidades? A quem cabe essa decisão? (MACHADO FILHO, 2006).

Hoje, o conceito mais bem aceito, *in totum*, sobre responsabilidade social compreende três princípios importantes, o *triple bottom line* (*people, planet and profits*)². Este se torna assim, o novo conceito sobre responsabilidade social, “firmando-se” pela oposição aos demais por não somente ser um conceito mas por revelar uma identidade, uma característica tida como intrínseca ao ser humano, que o faz se diferenciar dos demais seres vivos: conseguir harmonizar a convivência interpessoal com a preservação do meio ambiente, em consonância a todo arsenal e requinte que o mundo pode oferecer.

Este novo olhar incorpora uma nova noção: a de corresponsabilidade. Todos devem trabalhar para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Este conceito é o marco identitário daquele que se preocupa com o equilíbrio proposto pelo tripé da responsabilidade social. A criação dessa nova identidade reorganiza os sujeitos

² Referente ao tripé de sustentabilidade: econômico (*profits*), social (*people*) e ambiental (*planet*). Ver mais profundamente em (MACHADO FILHO, 2006).

e os impulsiona a encontrar, no Outro, traços semelhantes, pensamentos similares, posturas equivalentes, neste sentido, ele passa a monitorar o outro, a julgá-lo a partir de suas crenças e atitudes.

Atinge-se, então, ao debate mais atual sobre responsabilidade social, que envolve a empresa e os cidadãos em suas relações com uma multiplicidade de ambientes: cultural, natural, tecnológico, políticas públicas e ambiente global. A empresa não mais é uma entidade separada da sociedade, que visa lucros e exploração, ela faz parte desta sociedade, está inserida nela, ao mesmo tempo, o cidadão não é mais aquele sujeito que quer apenas usufruir o que o mundo globalizado lhe proporciona, a empresa e o cidadão se fundem em um único propósito – o de viver em equilíbrio com o planeta, esse engendramento provoca o que chamamos de neocapitalismo, pois as características do capitalismo não têm mais o caráter destruidor de outrora, superficialmente não estão expostos, mas o que vigora é o caráter (re)integrador das forças coabitantes do mundo globalizado.

Hoje, o conceito último sobre responsabilidade social está muito mais inserido em nosso cotidiano do que imaginamos, nossas posturas são moduladas a partir destes meneios, seja quando nos sensibilizamos com o caráter conscientizador desta prática, seja com a escolha por um produto que diz ser politicamente correto aos parâmetros da responsabilidade social, ou ainda quando uma empresa investe em uma propaganda para mostrar que também está “fazendo a sua parte”, É importante salientar que o conceito de responsabilidade social não sofreu muitas alterações, o que mudou foi a nossa relação com tal conceito, capazes de sobrevalorar determinadas posturas, ditando-lhes a maneira de interagir, de se portar e, por conseguinte, de (re)pensar a sociedade,

Assim, podemos compreender que de responsabilidade social passa por um momento relevante da sua história, essa nova representação traz uma nova abordagem, uma nova apresentação do conceito, em que os sujeitos não mais conseguem se identificar fora dela, como se sempre tivesse existido, não mais posta em evidência, mas colocada como alicerce das instituições sociais e seus poderes (*a fortiori*, o poder público), como estrato social, como criação, controle e legitimação do poder que lhe outorga.

3. *Entre a UESC e as cotas*

Começou-se a pensar no estabelecimento de cotas raciais no ingresso da faculdade entre os anos de 2002 e 2003, a Reitoria da Universidade Estadual de Santa Cruz recebeu representantes do movimento negro e coordenação do PRUNE para tratarem de políticas de reserva de vagas e de reformulação dos critérios para a isenção da taxa de inscrição do vestibular.

Em abril de 2004, a atual Reitoria publicou portaria estabelecendo uma comissão para promover estudos sobre a viabilidade de implantação do sistema de cotas no Concurso Vestibular da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Com a implantação do PRODAPE em 2005 e o desenvolvimento do programa Bantu-Iê ainda no segundo semestre do mesmo ano, foi dado um novo fôlego às ações afirmativas para a população negra nesta região, especialmente por meio da realização do *Censo Étnico-Racial* e da *Especialização em Educação e Relações Étnico-Raciais*, que trouxeram à tona as duas reivindicações anteriormente proteladas.

Em abril de 2006, a partir de debates realizados, uma proposta coletiva de Resolução para implementação da Reserva de Vagas no processo seletivo da UESC foi enviada à Reitoria. Esta proposta foi assinada por diversos movimentos sociais da região, entidades negras, representantes da Câmara Municipal de Itabuna, dos cursos pré-universitários populares e da própria turma de estudantes.

Simultaneamente o PRODAPE enviou à Reitoria uma proposta de alteração dos critérios para isenção da taxa de inscrição do Vestibular e, em 12 de julho, após movimentos negros, parlamentares, estudantes da Especialização, de pré-universitários populares e secundaristas fecharem a rodovia em frente à portaria da Universidade, a Reitoria convidou o recém-estabelecido Comitê Pró-Cotas para defender a reserva de vagas no CONSU. Nesta reunião, o Reitor manifestou-se favorável à implantação da Reserva de Vagas, deliberando que fossem realizados alguns debates que tinham como objetivo a construção de um documento-base, referência para uma nova proposta de Resolução de Reserva de Vagas.

Reuniões semanais culminaram na sistematização da proposta definitiva, prevendo 50% das vagas de cada curso destinada aos estudantes de escola pública e, deste percentual, 75% para os/as estudantes negros/as.

Após três meses de mobilização no espaço acadêmico, junto a professores e estudantes dos mais diversos cursos, associada às pressões externas do movimento negro, esta proposta foi encaminhada à votação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que, numa reunião histórica, em dezembro de 2006, aprovou a Política de Cotas Raciais no Vestibular da UESC.

E assim nasce a resolução CONSEPE nº 64/2006, que institui reserva de vagas no processo seletivo para os cursos de graduação da UESC, instituído no artigo 1º, parágrafos I e II, da resolução 64/2006:

reserva de vagas em todos os cursos de graduação da UESC, a serem preenchidas conforme estabelecido neste artigo:

I – 50% (cinquenta por cento) das vagas de cada curso e em cada turno na seguinte ordem de prioridade:

a) estudantes que tenham cursado todo o Ensino Médio e os últimos quatro anos do Ensino Fundamental em escola pública, sendo que, deste percentual, 75% (setenta e cinco por cento) serão destinadas aos estudantes que se autodeclararem negros;

b) havendo, ainda, vagas remanescentes do percentual indicado na alínea *a*, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos.

II – Em cada curso serão admitidas até 02 (duas) vagas além das estabelecidas, desde que sejam destinadas a índios reconhecidos pela FUNAI ou moradores de comunidades remanescentes dos quilombos, que tenham cursado os últimos quatro anos do Ensino Fundamental e o Ensino Médio integralmente em escolas públicas e que tenham sido classificados no Processo Seletivo, observada a ordem de classificação.

4. Fundamentação teórica

A análise do discurso de linha francesa é uma teoria baseada na Linguística e no Marxismo que analisa a relação entre ideologia e linguagem, por meio do discurso. Os conceitos basais dessa teoria são formação ideológica, formação discursiva, discurso e sujeito, que

Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº 2, t. 2

neste trabalho foram aplicados à análise sobre a representatividade do sistema de cotas, para os cotistas.

A formação ideológica caracteriza-se por dois discursos opostos e conflitantes em uma dada sociedade, para Brandão (1995) várias formações discursivas podem servir, em maior ou menor grau, a uma formação ideológica e compreende que tal formação ideológica é

constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras. Cada formação ideológica pode compreender varias formações discursivas interligadas. (p. 90)

Cada formação ideológica norteará a formação discursiva em que o sujeito se inscreve. Segundo Pêcheux (1993),

São as formações discursivas que, em uma formação ideológica dada, e levando-se em conta uma relação de classe, determinam 'o que pode e deve ser dito' a partir de uma posição dada em uma conjuntura social. (p. 90)

Nesta pesquisa sobre se o cotista reconhece o programa no qual está inserido como responsabilidade social, existe um confronto ideológico que se materializa em diferentes discursos, conforme a formação discursiva.

Para Pêcheux (1993) todo discurso é

dominado por uma Formação discursiva, que, a partir de uma posição dada e numa dada conjuntura, determina o que se pode e deve ser dito. Entretanto, uma formação Discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente "invasada por elementos 'que vêm de outro lugar, isto é, de outras Formações Discursivas, que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais, sob a forma, por exemplo, de pré-construídos e discursos transversos." (p. 314).

O discurso é considerado uma ação social, e caracteriza a relação que o sujeito estabelece com o mundo apesar da maioria das pessoas pensar que, primeiro, existe um mundo já pronto, já constituído, e que nossa fala, nossas enunciações, apenas se referem a ele. Isso é uma ilusão. Na realidade, é quando fazemos uma enunciação que estamos constituindo o mundo.

A concepção de sujeito é a tal sujeito está interpelado pela ideologia e situado na História, numa relação dialógica em que os discursos são assumidos pelos interlocutores num processo de interação social, recorrendo – sempre – a uma memória discursiva. De uma forma mais geral, “a toda formação discursiva é associada uma memória discursiva de formulações” (MAINGUENEAU, 1993, p. 115). A memória discursiva é o lugar da reconfiguração, no qual uma Formação discursiva é instigada, em função dos seus interesses ideológicos, a conceber elementos pré-construídos, associando-os a seus próprios elementos, por meio de discursos transversos, e incorporando-os na evidência de um novo sentido. Assim, a posição do sujeito é definida em relação ao discurso a que o indivíduo está assujeitado.

Estes conceitos essenciais nortearão a pesquisa em questão.

5. Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido em diversas etapas. Em primeiro lugar, foram estudados textos teóricos sobre o conceito de formação ideológica para, em seguida, delimitarmos o tema, corpus e qual direcionamento daríamos à pesquisa.

O corpus foi composto por entrevistas concedidas pelos cotistas, acadêmicos da UESC, os entrevistados responderam a um questionário composto por cinco perguntas, descritas a seguir:

1. Você acha que o programa de cotas é um programa de responsabilidade social?
2. Você acha que atualmente as classes menos favorecidas estão tendo mais oportunidades de ingressar numa faculdade?
3. Você acha que a instituição de cotas para as classes menos favorecidas vem a modificar a realidade da desigualdade social brasileira?
4. Você acredita que o sistema de cotas da UESC modificou a realidade em que ela está inserida?

Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº 2, t. 2

5. Se em um vestibular houvesse trinta vagas, 15 designadas para cotistas e 15 para não cotistas, e você tivesse se inscrito para não cotistas e alcançado a vigésima posição, mas com uma pontuação acima do décimo quinto candidato cotista, portanto ele conseguiu ingressar no curso e você não. Como você se sentiria?

As questões se justificam por alimentar discussões calorosas que servem a formações ideológicas evidenciadas nas formações discursivas em que estão inseridas. A primeira questão menciona a relação do programa de cotas com o conceito de responsabilidade social; a segunda, terceira e quarta questões se relacionam com a práxis efetiva e a modificação do universo em que a UESC está inserida, tendo em vista que a melhoria da qualidade de vida é uma preocupação inserida no conceito de responsabilidade social, representada por Machado Filho (2006) que institucionaliza o equilíbrio do tripé (econômico - social – ambiental); A última questão coloca o sujeito cotista na situação inversa e o força a (re)pensar até onde acreditamos que responsabilidade social é coletiva mas que tem um impacto individual relevante. Assim, este funcionamento discursivo engendrará os pressupostos que alicerçam a análise do discurso.

6. *Análise do corpus*

Podemos perceber que as posições dos sujeitos em cada uma das formações discursivas assumem vertentes diferenciadas. De modo geral, o sujeito identificado na FD1 inscreve-se num plano ideológico que reconhece o sistema de cotas enquanto um projeto que visa a responsabilidade social. Já o sujeito identificado na FD2 faz parte de um plano ideológico em que não reconhece o sistema como um plano que viabiliza a responsabilidade social.

A formação ideológica, por assim dizer, é todo e qualquer fundamento existente capaz de constituir uma força contrastada com outra, em uma mesma conjuntura, que organiza tomada de posições diferentes sobre uma mesma temática.

Analisando os discursos identificamos duas formações discursivas (FD), as quais denominamos de FD1 e FD2.

FD1 – Pressupõe a formação discursiva de que o sujeito cotista que compreende o sistema de ingresso por cotas um programa de responsabilidade social:

4. Sim. Pois contribui para que o estudante de baixa renda e que não teve qualidade de ensino possa inserir com mais facilidade na universidade.
5. Sim, pois visa transformar o quadro do sistema educacional brasileiro, onde os menos favorecidos podem através do ingresso na universidade alcançar os que por condição financeira, acabam levando vantagens sobre eles.
7. Sim. O sistema de cotas esta aí para ajudar estas classes na oportunidade, além de outros programas com pré-vestibular, programas de aceleração etc.
8. Sim. Através do Enem, do sistema de cotas, programas de aceleração do ensino médio, pré-vestibular gratuito.
9. Sim o sistema de cotas de fato ajuda no ingresso dessas pessoas na faculdade, no entanto o que se preocupa é se essas pessoas conseguirão acompanhar o ritmo, tendo um vista que a base eles não possuem.
11. Sim, pois os menos favorecidos são na sua maioria negros, índios, dentre outros marginalizados e o conceito acaba por beneficiar exatamente essas pessoas.
19. Sim. Oportunizou algumas pessoas que realmente fazia parte da desigualdade social, ingressar no Ensino Superior.

FD2 – Pressupõe a formação discursiva de que o sujeito cotista que não compreende o sistema de ingresso por cotas um programa de responsabilidade social:

1. Não. Os governantes devem melhorar o ensino publico para que todas as pessoas sejam qualificadas para ingresso na faculdade.
2. Não. O governo tem que modificar o ensino público para um nível de qualidade e não se preocupar com cotas.
3. Não. Acredito que se for para solucionar o problema da desigualdade deve-se começar da base, da educação básica

12. Não, acredito que penalizando uma classe, neste caso a classe media baixa, para atender uma outra não se trata-se de responsabilidade social.
13. Não, a divisão não enquadra faixa de renda e sim raça nas maiorias dos casos.
14. Não. Para melhorar a desigualdade é necessário ter igualdade diante de todas as classes sociais, a responsabilidade social não é um "tapa buraco".
15. Não. A desigualdade continua dentro do ensino superior, porque o aluno de ensino público não tem base, aí fica difícil.
16. Não. Acredito que a instituição de cotas tende a aumentar a desigualdade e até a discriminação dentro da universidade e gera o abandono do curso.
17. Não. Pois a desigualdade é um problema mais complexo, no caso da educação, o correto seria melhorar o ensino básico para que haja competição por igual.
22. Não. pois poucas vagas de cotas não é o suficiente para modificar uma região empobrecida como a nossa, onde muitas pessoas estão em busca de vagas, mas com base escola muito decadente.

O processo de identificação das duas formações discursivas aqui discutidas é o resultado da observação de outras formações discursivas, estabelecendo a heterogeneidade, pois esta surge da noção que o sujeito estabelece com a alteridade: um sujeito que luta para ser uno mas que – na sua materialidade discursiva – é polifônico. A heterogeneidade se refere à origem do sentido no discurso e é o seu diferente, aquilo que subjaz a ele e liga o seu mesmo com o seu outro (CARDOSO, 1999). Trata-se de uma relação radical entre o interior do discurso e seu exterior (MAINGUENEAU, 1993). Assim, podemos dizer que o discurso sobre responsabilidade social é heterogêneo, haja vista que tanto na FD1 quanto na FD2 identificamos outros textos, que por sua vez estão inscritos nessas formações, constituindo a identificação das famílias parafrásticas, assinaladas pela regularidade entre os enunciados, ou seja, pela forma distinta de dizer uma mesma coisa. Nos processos parafrásticos, percebemos que em todo dizer há sempre algo que se mantém. A paráfrase representa assim o regresso aos mesmos espaços, a igualdade discursiva na diferenciação dos enunciados. Destacamos, no processo de análise, duas famí-

lias parafrásticas associadas a FD1 e três famílias parafrásticas associadas a FD2.

Na FD1 (sujeito cotista que compreende o sistema de ingresso por cotas um programa de responsabilidade social) inter-relacionamos a primeira família parafrástica sobre o sistema de cotas e sua responsabilidade social os sujeitos que servem à formação ideológica de que o sistema de cotas é um programa que visa à responsabilidade social por não fadar o indivíduo ao “fracasso escolar eterno”, pois visa uma transformação educacional, ademais de compreender que aqueles que não têm capacitação adequada para ingressar na faculdade apenas com os seus conhecimentos são aqueles que frequentaram a escola pública e, compreendem ser, o sistema de cotas, uma importante ferramenta para a transformação educacional destes cidadãos, ratificando um conceito sobre responsabilidade social que se justifica por entender que este encontrar um equilíbrio educacional é o ponto fundamental para o cultivo à responsabilidade social (CARROL, 1999). Os sujeitos inscritos nesta família parafrástica correspondem aos enunciados 4 e 5.

4. Sim. Pois contribui para que o estudante... que não teve qualidade de ensino possa inserir com mais facilidade na universidade.
5. Sim, pois visa transformar o quadro do sistema educacional brasileiro...

Outra família parafrástica identificada na FD1 é a que sustenta o princípio de que o programa sugere uma ascensão socioeconômica pois compreende que a classe beneficiada tem uma relação direta com a situação financeira – aquele que não teve condições de pagar uma escola particular (tida como referencia em aprovação em vestibular) e, por conseguinte, pertence a classe menos favorecida econômico-socialmente. Estão inscritos nesta família os enunciados 7, 11 e 19, que mostram através de enunciados diferenciados uma noção uma.

7. Sim. O sistema de cotas esta aí para ajudar estas classes na oportunidade, além de outros programas com pré-vestibular, programas de aceleração etc.

11. Sim, pois os menos favorecidos são na sua maioria negros, índios, dentre outros marginalizados e o conceito acaba por beneficiar exatamente essas pessoas.
19. Sim. Oportunizou algumas pessoas que realmente fazia parte da desigualdade social, ingressar no Ensino Superior.

Observamos que dentro do discurso heterogêneo, temos os discursos transversos, marcados pela polifonia e pelo pré-construído, caracterizando a memória discursiva. Dentro dessa zona de forças opositivas temos a inscrição do mau sujeito – aquele que não está totalmente harmonizado com os princípios da formação ideológica que sua formação discursiva se inscreve. O mau sujeito é aquele que não se identifica integralmente com as regras e regularidades de sua formação discursiva, isto é, seus processos discursivos, inscritos em relações ideológicas. Na FD1 temos a inscrição do mau sujeito no enunciado 9, o qual mostra acreditar que o sistema de cotas é um programa de responsabilidade social “Sim o sistema de cotas de fato ajuda no ingresso dessas pessoas na faculdade...” *no* entanto assume que não confia totalmente na sua eficácia pois demonstra preocupação quanto a manutenção e continuidade deste estudo que se está ingressando “...no entanto o que se preocupa é se essas pessoas conseguirão acompanhar o ritmo, tendo um vista que a base eles não possuem.” Revogando o princípio básico do bom-sujeito: aquele que segue completamente a forma-sujeito da formação discursiva dominante (LIMA, 1999).

Já na FD2 (sujeito cotista que não compreende o sistema de ingresso por cotas um programa de responsabilidade social) identificamos a terceira família parafrástica sobre o sistema de cotas e sua responsabilidade social, os sujeitos que servem à formação ideológica de que o sistema de cotas não é um programa que visa a responsabilidade social por compreender que, *a priori*, seria investir na escola básica para que seja de qualidade e possa, no final do percurso, a concorrência no vestibular ser justa e vigente. Desse modo, se contraponto a FD1. São eles:

1. Não. Os governantes devem melhorar o ensino publico para que todas as pessoas sejam qualificadas para ingresso na faculdade.
2. Não. O governo tem que modificar o ensino público para um nível de qualidade e não se preocupar com cotas.

3. Não. Acredito que se for para solucionar o problema da desigualdade deve-se começar da base, da educação básica.

Por sua vez, a quarta família parafrástica se constitui em a formação discursiva apresentar a responsabilidade social como equívoco (MACHADO, 2006) e compreendem que esta resolução privilegia a classe menos favorecida em detrimento de outras classes, o que não configura, segundo eles, o princípio básico da responsabilidade social.

12. Não, acredito que penalizando uma classe, neste caso a classe média baixa, para atender uma outra não trata-se de responsabilidade social.
14. Não. Para melhorar a desigualdade é necessário ter igualdade diante de todas as classes sociais, a responsabilidade social não é um "tapa buraco".

A última família parafrástica encontrada na FD2 não acredita por o programa não abranger a manutenção deste durante a realização do curso, compreendem que o sistema diferenciado do ingresso não garante a permanência e conclusão do curso.

15. Não. A desigualdade continua dentro do ensino superior, porque o aluno de ensino público não tem base, aí fica mais difícil.
16. Não. Acredito que a instituição de cotas tende a aumentar a desigualdade e até a discriminação dentro da universidade e gera o abandono do curso.

Assim sendo, percebemos que ocorre no funcionamento do discurso dos cotistas sobre a responsabilidade social do programa de cotas, na FD2, aspectos que validam e legitimam uma crítica tecida ao que representa o conceito sobre responsabilidade social.

A análise das respostas à questão 05, merece um destaque pois evidencia quando o sujeito contrasta o que acredita ser as suas concepções e o que realmente a sua práxis confirma.

1. Se em um vestibular houvesse trinta vagas, 15 designadas para cotistas e 15 para não cotistas, e você tivesse se inscrito para não cotistas e alcançado a vigésima posição, mas com uma pontuação acima do décimo quinto candidato cotista, portanto ele conseguiu ingressar no curso e você não. Como você se sentiria?

25. Me sentiria injustiçada. Por isso que vejo a melhoria no ensino básico, para que todas as pessoas concorram em vestibular igualmente, com respeito e dignidade.
26. Injustiçada. Mas compreenderia que foi uma seleção e os critérios já estavam estabelecidos.
27. Eu vejo que o caminho é esse, acredito que os que não se conformam com este resultado não é por outro motivo mas sim por ter perdido para um negro, advindo de escola pública e classificado como integrante da classes menos favorecidas. Dizemos que não somos racistas, mas somos sim, a indignação é por esse motivo!
28. Como a pesquisa é escrita, eu vou dizer agora que acho uma injustiça, eu entrei porque me beneficiava mas não acredito que seja uma responsabilidade social. Mas como entrei por esse sistema vou escrever que eu acho justo, coisa e tal e que se é pelo bem da sociedade, eu aceito.

Obedecendo a análise dos demais enunciados, ressaltando as formações discursivas e famílias parafrásticas já mencionadas. O enunciado 25 mantém a linearidade da terceira família parafrástica, nesta os sujeitos compreendem que o investimento na educação básica é a melhor forma de contribuição para a sociedade e não configura o programa como responsabilidade social, enquanto o enunciado 27 mantém a regularidade da FDI. Chamamos a atenção para o enunciado 28 que coloca em questão o sujeito heterogêneo, anulando a ilusão de que o sujeito é algo único e insubstituível, pois “o sujeito que produz linguagem também está produzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso, quando, na realidade, retoma um sentido preexistente” (ORLANDI, 1996, p. 29), materializando que o sujeito assume papéis os quais fazem com que a formação discursiva sirva a determinada formação ideológica em que o sujeito está inserida, pois o enunciado assume que “Como a pesquisa é escrita, eu vou dizer agora que acho uma injustiça, eu entrei porque me beneficiava mas não acredito que seja uma responsabilidade social...”, no entanto, enquanto sujeito cotista iria publicizar que “...como entrei por esse sistema vou escrever que eu acho justo, coisa e tal e que se é pelo bem da sociedade, eu aceito.” Contradizendo o discurso ulterior.

8. *Considerações finais*

Conforme vimos, o tema responsabilidade social constitui uma formação ideológica, pois existem nele dois discursos conflitantes, ou seja, duas formações discursivas. O discurso do cotista sobre o sistema em que está inserido possibilita (re)pensar os conceitos e práxis para uma vida maior qualidade, tomando como base o tripé da responsabilidade social: a harmonia entre o econômico, o humano e o ambiente.

Vimos ainda que as palavras não possuem sentido em si mesmas, mas só o adquirem dentro de determinada formação discursiva. No caso do discurso do cotista sobre a responsabilidade social do sistema de cotas haverá quantas FD for preciso para evidenciar as tantas FI.

Em suma, vale dizer que tanto a FD1 quanto a FD2 apresentam, em sua rede de significações, deslocamentos em uma ou outra família parafrástica, enfim, como nenhuma pesquisa se encerra em si mesma e que tomar um recorte significa descartar as demais possibilidades, acreditamos que esta pesquisa pode ser uma fonte para pesquisas futuras sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CARROLL, A. B. *Responsabilidade social corporativa*. São Paulo, 1999.

LIMA, Regina Bimbi. O enunciado: pontos de deriva possíveis. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sangra Luzzato, 1999.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. *Responsabilidade e governança: o debate e as implicações*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

Cadernos do CNLF, Vol. XIV, Nº 2, t. 2

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências da análise do discurso*. 2. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Puccineli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

PECHÊUX, Michel. FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: *Por uma análise automática do discurso*. 2. ed. Trad. Tetrania S. Mariani et alii. Campinas: UNICAMP, 1993.

Resolução CONSEPE 64/2006. Disponível em:

<http://www.uesc.br/prodape/res064.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2010.